



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO**

**Processo n.º 06/2025 GF**

**Serviços para Elaboração de “Projeto de Requalificação da Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo”**

**Consulta Prévia Geral**

**CPG/3/2025 GF**

(Ao abrigo da alínea c), n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante designado por CCP)

**CADERNO DE ENCARGOS**  
(Artigo 42.º do CCP)

## **CLÁUSULAS JURÍDICAS**

### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objecto**

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por Consulta Prévia Geral, que tem por objeto principal a prestação de Serviços para Elaboração de “Projeto de Requalificação da Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo”. Para efeitos de apresentação de uma candidatura ao programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas — Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundárias, torna-se necessário elaborar um projeto de execução completo em condições de lançar/executar a empreitada, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP2 – O projeto deverá ser elaborado conforme as disposições legais em vigor, de acordo com a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

- 1 – O contrato é composto pelo respectivo clausulado e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
- a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º. 2 e no clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

##### **Cláusula 3.ª**

##### **Prazo de execução do serviço**

Os serviços objeto deste contrato, deverão ser executados no prazo máximo de 105 dias, a contar da data da assinatura do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## Capítulo II

### Obrigações contratuais

#### Secção I

#### Obrigações do fornecedor

##### Subsecção I

##### Disposições gerais

##### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar os trabalhos, de acordo com os requisitos da prestação de serviços definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- c) Comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- d) Não alterar as condições da prestação dos serviços à execução dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- e) Executar os trabalhos que lhe forem adjudicados, com observância das normas vigentes e que se relacionem com o projeto em causa, e com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- f) Elaborar o projeto da forma mais rigorosa possível, tendo como objetivo a inexistência de erros e omissões;
- g) Cumprir todas as condições fixadas para a execução dos trabalhos;
- h) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
- i) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;
- j) Prestar todas as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
- k) Corrigir e/ou completar todos os documentos que haja produzido e sejam reconhecidos como manifestamente insuficientes ou defeituosos ou na sequência de orientações da entidade adjudicante ou de outras entidades intervenientes no processo, sem encargos adicionais para a entidade adjudicante;
- l) Disponibilizar o ou os técnicos e o coordenador da equipa projetista, caso esta se constitua, com qualificação técnico-científica adequada, bem como toda a documentação necessária, para garantir uma correta articulação entre aqueles e a entidade adjudicante.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante.

3 – A entidade adjudicatária obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver, no âmbito das suas obrigações contratuais, observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Forma de prestação do serviço**

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços deverá dotar-se de todos os meios humanos e materiais, bem como de organização e gestão da informação, necessários à execução das ações a desenvolver, de acordo com o previsto no caderno de encargos, devendo estabelecer um sistema organizado capaz de promover a completa execução das tarefas a seu cargo.

2 – A entidade adjudicante convocará o prestar de serviços, para reuniões que entenda necessárias ao suficiente esclarecimento sobre o desenvolvimento dos trabalhos, permitindo, assim, que haja da parte da entidade adjudicante conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes, previamente à entrega de qualquer documento, bem como a introdução de sugestões que possam concorrer para a sua melhoria.

3 – A realização das reuniões não substitui a entrega de relatórios solicitados e dos documentos relativos a qualquer das partes do trabalho.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Penalva do Castelo, em execução do contrato, às exigências técnicas legalmente estipuladas, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

**Subsecção II**

**Dever de sigilo**

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

**Objeto do dever de sigilo**

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Penalva do Castelo, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Prazo do dever do sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Proteção de dados**

1. O contrato, no que respeita ao tratamento de dados pessoais, tem a justificação legal do tratamento de dados pessoais necessários e fundamentais à prossecução da missão, atribuições e competências do Município de Penalva do Castelo;

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), adiante designado RGPD, sendo o Município de Penalva do Castelo responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4.º, do n.º 1 do artigo 24.º e do n.º 1 do artigo 28.º todos do RGPD.

3. O tipo de dados, as categorias dos titulares dos dados, as operações de tratamento de dados pessoais bem como as condições de conservação e armazenamento e respetivo prazo de conservação serão devidamente especificados em anexo ao presente contrato, quando assim se justifique.

4. Entre as partes contratantes, respetivamente enquanto responsável pelo tratamento de dados e subcontratante, são estabelecidos e reciprocamente aceites os seguintes direitos e obrigações:

a) O Município de Penalva do Castelo (entidade adjudicatária) comunica o contacto telefónico e o endereço de correio eletrónico do seu Data Protection Officer (Encarregado de Proteção de Dados, DPO):

DPO: Anselmo Gomes de Almeida Sales

Avenida Castendo

3550-185 PENALVA DO CASTELO

Contacto Telefónico: 961357250

E-Mail: dpo@cm-penalvadocastelo.pt

b) O Município de Penalva do Castelo acede à informação e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação de serviços abrangida pelo contrato, exclusivamente para esse fim, nos termos da legislação aplicável, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no RGPD.

c) O Município de Penalva do Castelo deve fornecer, se requerido, a documentação necessária para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações e permitir que eventuais verificações, previstas no âmbito do RGPD, sejam realizadas por ele ou por outra entidade credenciada ou por aquela mandatada para o efeito.

d) O Município de Penalva do Castelo deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou a aceder a dados pessoais, nos termos e para os efeitos das especificações técnicas descritas no contrato, têm os conhecimentos necessários e especializados para aplicar as medidas técnicas e organizativas, de modo que o tratamento que efetuem seja conforme com o RGPD e demais legislação aplicável.

e) O Município de Penalva do Castelo obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela utilização dos dados pessoais e pelo cumprimento

do dever de sigilo por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores, e entidades públicas ou privadas subcontratadas ou terceiros, quando for o caso.

f) O Município de Penalva do Castelo obriga-se a tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção (Privacy by design) e da proteção de dados por defeito (Privacy by default), no que diz respeito às ferramentas que adquire e utiliza, produtos, aplicações ou serviços prestados por subcontratados.

g) O Município de Penalva do Castelo, no momento da recolha dos dados, para efeitos das operações necessárias a realizar, que possam envolver dados pessoais sob responsabilidade de tratamento da mesma, deve informar os titulares dos dados ou os seus representantes legais.

h) Para efeitos do número anterior, o Município de Penalva do Castelo deve manter os respetivos registos individualizados por titular de dados, por representante legal quando for o caso, por cada operação de tratamento.

i) O Município de Penalva do Castelo no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD deve, no cumprimento da obrigação de responder aos pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais.

j) Quando os titulares dos dados pessoais, para efeitos de exercício de direitos legalmente protegidos, solicitarem diretamente ao adjudicatário, esclarecimentos sobre questões de privacidade dos sistemas de tratamento de dados, aquele deve enviar os pedidos, em caso de necessidade, para o seguinte endereço de correio eletrónico [dpo@cm-penalvadocastelo.pt](mailto:dpo@cm-penalvadocastelo.pt)

k) O Município de Penalva do Castelo através do responsável pelo tratamento de dados, deve notificar de qualquer violação de dados pessoais, que cause impacto nos direitos do titular dos dados, de acordo com os critérios que venham a ser definidos pela autoridade de controlo nacional, num prazo máximo de 24 horas após o conhecimento dos mesmos, através do envio de mensagem para o seguinte endereço de correio eletrónico [dpo@cm-penalvadocastelo.pt](mailto:dpo@cm-penalvadocastelo.pt), acompanhada de toda a documentação relevante a fim de permitir ao Município de Penalva do Castelo, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º ou 34.º do RGPD.

l) A informação a disponibilizar pela entidade adjudicatária, deve conter toda a informação requerida pela autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados, CNPD) para efeitos de notificação de violação de dados pessoais, conforme informação disponibilizada em:

[Http://www.cnpd.pt/bin/notifica\\_rgpd/data\\_breach.htm](http://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm)

m) O Município de Penalva do Castelo apoia em caso de necessidade, o responsável pelo tratamento de dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD.

n) As avaliações de impacto referidas na alínea anterior atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro.

o) O Município de Penalva do Castelo compromete-se a implementar as medidas de segurança, previstas nas orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março e outras medidas específicas que sejam necessárias implementar, nomeadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD.

p) O Município de Penalva do Castelo deve disponibilizar, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade do mesmo, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos.

q) O Município de Penalva do Castelo relativamente aos seus sistemas e plataformas informáticos, compromete-se a fornecer ao adjudicatário as instruções específicas que se revelem necessárias ao

tratamento de dados pessoais, realizado pelo adjudicatário, abrangidos pelo RGPD e demais legislação aplicável.

r) A contratação, pelo Município de Penalva do Castelo, de outro subcontratante está sujeita à prévia autorização por escrito, geral ou específica da primeira outorgante nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD.

s) Os direitos O Município de Penalva do Castelo, atendendo à natureza do tratamento de dados pessoais objeto do contrato são os estabelecidos no RGPD e demais legislação aplicável.

t) O Município de Penalva do Castelo colabora com o Data Protection Officer (Encarregado de Proteção de Dados, DPO), facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1 – No prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o Município de Penalva do Castelo, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Penalva do Castelo, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 – No caso da análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, o Município de Penalva do Castelo deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

4 – No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Penalva do Castelo, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos exigidos.

5 – Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços no prazo respetivo, o Município de Penalva do Castelo, procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 – Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Penalva do Castelo, considerando-se os mesmos aceites se, neste prazo, não forem expressamente rejeitados.

7 – A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos e seus anexos.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

**Transferência da propriedade**

- 1 – Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da Cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Penalva do Castelo, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
- 2 – Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

**Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações, e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Penalva do Castelo, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do CCP e demais legislações aplicáveis.

**Secção II**

**Obrigações do contraente público**

**Cláusula 13<sup>a</sup>**

**Preço contratual**

- 1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Penalva do Castelo pagará ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 60 000,00€ (sessenta mil euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado, se devido, e inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte e armazenamento e manutenção de meios materiais.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Condições de pagamento**

- 1 -As quantias devidas pelo Município de Penalva do Castelo, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas, após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no prazo proposto pelo prestador de serviços, não podendo ser inferior a 30 dias, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considerar-se-á vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.



4 – Em caso de discordância por parte do Município de Penalva do Castelo, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas faturas corrigidas.

5 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.

### Capítulo III

#### Penalidades contratuais e resolução

##### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Penalidades contratuais**

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Penalva do Castelo pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento dos prazos de entrega, dos documentos constantes do contrato, calculada de acordo com a fórmula seguinte:

$P = V \cdot A / 500$ , em que:

P = montante da penalidade

V = valor do contrato

A = número de dias de atraso.

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Penalva do Castelo pode exigir-lhe uma pena pecuniária, até 10% do preço constante da proposta adjudicada, com exclusão do IVA, à taxa legal em vigor.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Penalva do Castelo tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 – O Município de Penalva do Castelo pode, compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente Cláusula.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que o Município de Penalva do Castelo exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2 – Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 – Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes do contrato ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá os prazos previstos na Cláusula 3.<sup>a</sup>;
- b) Quando a demora na prestação dos serviços exceder em 5 dias úteis o prazo fixado no contrato;
- c) Se o adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado nas cláusulas 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup>;
- d) Se houver recusa expressa no pagamento das penalidades.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada pelo prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3 – A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Penalva do Castelo, com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.

2 – Nos casos previstos na alínea a) do nº1 desta cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3 – A resolução do contrato nos termos do nº 1 desta cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Capítulo IV**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 19.ª**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V**

### **Disposições finais**

#### **Cláusula 20.ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 – A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 21.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 22.ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.<sup>a</sup>  
**Legislação aplicável**

A tudo que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

Cláusula 24.<sup>a</sup>  
**Conteúdo material e documental do projeto**

- 1 – É da inteira responsabilidade da entidade adjudicatária a elaboração de todos os estudos, peças escritas e desenhadas e que constituem o projeto para as infraestruturas objeto do presente procedimento.
- 2 – Nos elementos a que se refere o número anterior deverá constar, igualmente, a elaboração do Plano de Segurança e Saúde e do Plano de Prevenção e de Gestão de Resíduos da Construção e da Demolição.
- 3 – O projeto será apresentado de forma a constituir um conjunto coordenado de informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação, não só por parte das entidades intervenientes na aprovação do mesmo, mas também para o lançamento da subsequente empreitada, e para um correto entendimento dos trabalhadores a realizar em fase de obra.
- 4 – A elaboração do projeto envolve a execução de todas as peças escritas e desenhadas exigidas e necessárias, relacionadas com o projeto em causa e enumeradas na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
- 5 – As peças escritas e desenhadas que integram o projeto, deverão cumprir o estabelecido na Portaria referida no número anterior, bem como nas demais normas técnicas em vigor.

Cláusula 25.<sup>a</sup>  
**Instrução para a elaboração de projetos**  
**Norma técnica aplicável, fases e prazos**

O desenvolvimento processual para o cumprimento do contrato, no que se refere às obras de edificação deverá decorrer de acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual, observando o disposto na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

A elaboração dos projetos compreende as seguintes fases e prazos:

- a) Estudo Prévio: a submeter à aprovação do Município no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data de produção de efeitos do Contrato;
- b) Projeto Base: a submeter à aprovação do Município no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data de comunicação de aprovação do Estudo Prévio pelo Município;
- c) Projeto de execução: a submeter à aprovação do Município no prazo máximo de quarenta e cinco (45) dias, a contar da data de comunicação de aprovação do Projeto Base pelo Município.

**Cláusula 26.<sup>a</sup>**

**Suporte e forma de apresentação de projeto**

- 1 - Todos os elementos do processo deverão ser entregues em papel (1 exemplar) e em formato digital, devidamente assinadas pelo autor do documento.
- 2 - A cada elemento obrigatório na instrução de um processo/requerimento deverá corresponder um ficheiro.
- 3 - As peças escritas deverão ser entregues em formato PDF/A, por ser este o formato que garante o arquivo de longa duração de documentos eletrónicos.
- 4 - As peças desenhadas deverão ser entregues em formato DWFX, que suporta a assinatura digital.
- 4 - A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos nos números anteriores.

**Cláusula 27.<sup>a</sup>**

**Retificação de trabalhos**

- 1 – Se após a apresentação dos documentos referidos nos artigos anteriores das cláusulas técnicas do caderno de encargos, a entidade adjudicante e ou outras entidades chamadas a pronunciarem-se sobre os mesmos, concluírem pela sua não conformidade com as condições contratuais ou pela necessidade de retificação, reformulação ou aprofundamento, por motivos imputáveis ao prestador de serviços, os documentos serão devolvidos para que sejam sanadas as insuficiências verificadas e reapresentados, depois de devidamente alterados, sem custos adicionais para a entidade adjudicante.
- 2 – A entidade adjudicante poderá mandar suspender qualquer fase dos trabalhos em curso, por não cumprimento, por parte do prestador de serviços, de instruções recebidas nos termos da adjudicação e da regulamentação em vigor.
- 3 – Nos casos referidos nos números anteriores, o prestador de serviços não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

**Cláusula 28.<sup>a</sup>**

**Condicionantes Orçamentais**

Na conceção do projeto, o concorrente deverá ter em consideração o limite financeiro de 2 150 000,00€, acrescidos de IVA, estimado para a reabilitação da Escola Básica e Secundária em Penalva do Castelo.

**Cláusula 29.<sup>a</sup>**

**Segurança, higiene e saúde no trabalho**

- 1 – O prestador de serviços deverá dar cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislações vigentes nesta matéria.
- 2 – O prestador de serviços, assegurando os princípios gerais de prevenção de riscos profissionais, terá como responsabilidade a elaboração e validação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto.

3 – O prestador de serviços compromete-se a que todos os intervenientes na elaboração do projeto cumpram o estabelecido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, entregando juntamente com o projeto, declaração, devidamente datada e assinada, que garanta ter sido observado o previsto no referido artigo.

**Cláusula 30.<sup>a</sup>**

**Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição**

1 – Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual, e de acordo com o seu n.º 1, artigo 10.º, o projeto deverá ser acompanhado por um Plano de Prevenção e Gestão (PPG) de resíduos de construção e demolição (RCD), o qual deverá assegurar o cumprimento dos princípios gerais de gestão de RCD e das demais normas aplicáveis constantes do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

2 – A elaboração do PPG deverá conter obrigatoriamente:

- a) Caracterização sumária da obra a efetuar, com descrição dos métodos construtivos;
- b) Metodologia de incorporação dos reciclados RCD;
- c) Metodologia de prevenção de RCD, com identificação e estimativa dos materiais a reutilizar na própria obra ou outros destinos;
- d) Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma, devendo, caso a triagem não esteja prevista, ser apresentada fundamentação da sua impossibilidade;
- e) Estimativa de RCD a produzir, da fração a reciclar ou valorizar, bem como a quantidade a eliminar.

3 – A Agência Portuguesa do Ambiente disponibiliza no seu portal um modelo PPG que poderá ser utilizado pelo prestador de serviços.

**Cláusula 31.<sup>a</sup>**

**Assistência técnica**

1 – Durante a fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, a assistência técnica compreende as seguintes atividades:

- a) Esclarecimentos de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada;
- b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;
- c) Prestação do apoio na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas.

2 – Durante a execução da obra, a assistência técnica compreende:

- a) Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;
- b) Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono da Obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;

c) Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das Telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas, de acordo com as informações fornecidas pelo Dono da Obra.

Cláusula 32.ª

**Acompanhamento da elaboração dos projetos**

**1** - A elaboração dos projetos deverá ser acompanhada pelo Município através de reuniões semanais, ou com a periodicidade que se acordar ser adequada, entre os representantes do município e do adjudicatário.

**2** - A elaboração dos projetos deve ser acompanhada desde o seu início pelo Revisor de Projeto contratado pelo Município para a revisão do projeto.

**3** - O Revisor de Projeto deverá ser composto por uma equipa multidisciplinar com a composição adequada à complexidade do projeto, representada por um Coordenador.

**4** - Esta composição será comunicada pelo Município ao Adjudicatário antes do início da elaboração dos projetos.

Cláusula 33.ª

**Elaboração dos projetos**

**1 - Estudo prévio:** O Estudo Prévio deve ser concluído e apresentado no prazo de 30 dias contados a partir da ata de produção de efeitos do Contrato.

**1.1** - O Estudo Prévio é composto pelos seguintes conteúdos, organizados por operação urbanística, traduzidos em peças escritas e desenhadas, conforme indicado a seguir:

- a) Levantamentos e estudos técnicos;
- b) Arquitetura;
- c) Especialidades;
- d) Estimativa atualizada do valor do contrato;
- e) Calendarização de projetos e obras;
- f) Composição da equipa projetista;
- g) Consultas a entidades externas;
- h) O Adjudicatário promove a consulta a entidades que devam emitir parecer em razão de matéria e junta as respetivas respostas ao Estudo Prévio.
- i) Caso ainda não tenha obtido resposta das entidades consultadas deve juntar aos elementos do Estudo Prévio os comprovativos das consultas realizadas, remetendo ao Município as respostas dessas entidades logo que delas tenha conhecimento.

**2 - Projetos Base:** O Projeto Base deve ser concluído e apresentado no prazo de 30 dias contados a partir da data de Aprovação do Estudo Prévio.

**2.1** - Após aprovação do Estudo Prévio pelo Município, o Adjudicatário deve elaborar os seguintes projetos para as operações urbanísticas, na fase correspondente ao Projeto Base.

**2.1.1** - Os Projetos Base são compostos pelos seguintes conteúdos, organizados por operação urbanística, traduzidos em peças escritas e desenhadas conforme indicado nas secções seguintes:

- a) Arquitetura;
- b) Especialidades;
- c) Consultas a entidades externas;
- d) Estimativas atualizadas do custo do contrato;

- e) Cronograma de atividades;
- f) Parecer do Revisor de Projeto.

**3 - Aprovação pelo Município:** Após entrega do Projeto Base o Município deverá responder sobre o pedido da sua aprovação no prazo de 30 dias.

**4 - Projetos de Execução:** O Projeto de Execução deve ser concluído e apresentado no prazo de 45 dias contados a partir da data de aprovação do Projeto Base.

4.1 - Os Projetos de Execução são compostos por peças escritas e desenhadas de forma a constituir um conjunto coerente de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra e deverá obedecer ao disposto na legislação aplicável e conforme indicado nas secções seguintes:

- a) Arquitetura;
- b) Especialidades;
- c) Caderno de encargos;
- d) Quantidades de trabalhos e orçamento da obra;
- e) Cronograma de atividades;
- f) Parecer do Revisor de Projeto.

**5 - Arquitetura** Para cada operação urbanística deverão ser entregues os seguintes elementos:

- a) Memória descritiva e justificativa;
- b) Índice das peças desenhadas;
- c) Planta da localização dos edifícios, incluindo as vias públicas que o servem, na escala mínima de 1:200;
- d) Plantas de cada piso na escala 1:50 em que sejam indicados: a compartimentação e respetivas dimensões, a distribuição e a tipologia do mobiliário fixo, os revestimentos dos pavimentos, das paredes e tetos, e quando for caso disso, a estereotomia respetiva, a localização e o dimensionamento dos diversos elementos de construção, a indicação, devidamente referenciada, das linhas de corte, dos pormenores e de outros elementos que sejam objeto de outras peças desenhadas, outras representações com interesse para a definição do edifício e execução da obra.
- e) Cortes e alçados gerais do edifício que evidenciem a configuração das paredes exteriores e cobertura, o dimensionamento dos elementos nelas inseridos, a natureza e a localização dos materiais utilizados nos revestimentos, os locais destinados à passagem de canalizações e condutas, articulações mais importantes entre diferentes elementos da construção, tipos de remates e outras informações necessárias ao perfeito esclarecimento e definição do projeto;
- f) Desenhos de pormenorização a escalas apropriadas que indiquem os aspetos construtivos de maior interesse para a execução da obra, incidindo nos espaços de acessos verticais, átrio de entrada e de acesso;
- g) Mapa de vãos à escala 1:20, com indicação da tipologia de cada vão, das respetivas dimensões e quantidades, do modo de funcionamento, da natureza e das características dos materiais e ferragens e de outras informações necessárias ao fabrico e montagem de caixilharias, portas, envidraçados e outros elementos;
- h) Mapa de instalações sanitárias e de cozinhas à escala 1:20, com indicação revestimentos e respetivas estereotomias de materiais, equipamentos fixos, iluminação e todos os aspetos que se mostrem relevantes para o entendimento da solução adotada;
- i) Mapa de armários fixos à escala 1:20 (roupeiros, armários de contadores), com indicação da tipologia de cada armário, das respetivas dimensões e quantidades, do modo de funcionamento, da natureza e das características dos materiais e ferragens e de outras informações necessárias ao fabrico e montagem;



j) Pormenores de execução dos diferentes elementos do projeto que permitam a compreensão clara e a definição precisa do dimensionamento e da natureza das interligações dos diferentes materiais ou partes constituintes.

**6 - Especialidades e outra documentação:** Os projetos de especialidades deverão incluir, no geral, os seguintes documentos:

- a) Termos de responsabilidade subscritos pelo coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- b) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;
- c) Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei;
- d) Memória descritiva e justificativa relativa a cada especialidade;
- e) Plantas alçados e cortes na escala 1:100, ou superior;
- f) Pormenores de execução das instalações e equipamentos que definam as informações necessárias para a sua execução e montagem;

**7 - Projetos específicos de especialidades:**

- a) Projeto de Estabilidade;
- b) Projeto de Rede de Água e Esgotos;
- c) Projeto de Requalificação da Instalação Elétrica, com estudo luminotécnico;
- d) Projeto de Segurança Integrada - SCI;
- e) Projeto de AQS e redimensionamento do Sistema Aquecimento Águas;
- f) Projeto Instalação Fotovoltaico;
- g) Projeto de Águas Pluviais;
- h) Projeto de Segurança Contra Incêndios;
- i) Estudo Térmico com Pré-Certificação Energética

**8 - Outros documentos**

- a) Calendarização da execução da obra, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos;
- b) Orçamento da obra, por especialidade e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo ser adotadas as normas portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Plano de segurança e saúde;
- d) Plano de Gestão de Resíduos;
- e) Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.
- f) Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;

**8 - Consultas a entidades externas**

- a) O Adjudicatário deve considerar no projeto as pronúncias resultantes da consulta a entidades externas que se tenham consultado na fase de Estudo Prévio;
- b) O Adjudicatário deve ainda promover a consulta e pedidos de parecer ou autorizações às entidades concessionárias de serviços de abastecimento, nomeadamente de eletricidade, gás e telecomunicações, cuja consulta seja obrigatória nos termos da lei, juntando as respetivas aprovações.

**9 - Parecer do Revisor de Projeto**

O Revisor de Projeto deve emitir parecer relativo ao acompanhamento e validação da qualidade de todas as fases do projeto.

**10 - Aprovação pelo Município**

Após entrega do Projeto Base o Município deverá responder sobre o pedido da sua aprovação no prazo de 30 dias.

Paços do Município de Penalva do Castelo 21 de fevereiro de 2025

O Presidente da Câmara

Francisco Lopes de Carvalho